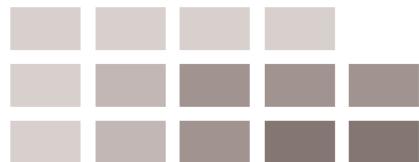


# **Relatório de Prestação de Contas 2009**



## Í N D I C E

I - GESTÃO JURISDICIAL -----	3
II – OBJETIVOS E METAS -----	6
- Diretrizes Estratégicas -----	
III – INDICADORES DE GESTÃO -----	8
- Indicadores da Área Judicial -----	
- Indicadores Orçamentários-Financeiros -----	
IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS -----	12
- Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal -----	14
- Demonstrativo da Dotação/Execução Orçamentária -----	
- Atividades do Programa 0569 no âmbito da Justiça Federal de 1º Grau -----	14
- Ações de Informática -----	
- Assistência Médica e Odontológica -----	
- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes -----	
- Auxílio-Transporte aos Servidores -----	
- Auxílio-Alimentação aos Servidores -----	
- Capacitação de Recursos Humanos -----	
- Assistência Jurídica a Pessoas Carentes -----	
- Julgamento de Causas -----	
- Projetos do Programa 0569 -----	20
- Modernização de Instalações da Justiça Federal -----	
- Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ -----	
- Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Macaé – RJ -----	
- Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional -----	
- Operações Especiais do Programa 0569 -----	
- Contribuição da União, suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência -----	
- Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União -----	26
- Demonstrativo da Dotação/Execução Orçamentária -----	
- Operações especiais no âmbito da Justiça Federal de 1º Grau -----	
- Pagamento de Aposentadoria e Pensões -----	
- Operações especiais no âmbito da Justiça Federal de 2º Grau -----	
- Pagamento de Aposentadoria e Pensões -----	
V – CONCLUSÃO-----	29
VI – ANEXO – Demonstrativo da Força de Trabalho -----	30
- Demonstrativo da Força de Trabalho -----	
- Servidores Ativos -----	
- Servidores Inativos -----	

## **INTRODUÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a Justiça Federal de 1º grau no Rio de Janeiro apresenta o Relatório de Prestação de Contas referente ao exercício de 2009, o qual encontra-se dividido em cinco capítulos, a saber: I – Gestão Jurisdicional; II- Objetivos e Metas; III- Indicadores de Gestão; IV- Análise dos Resultados; e V- Conclusão.

A missão de prestar com qualidade e comprometimento a prestação jurisdicional é fator motivador para a busca pela profissionalização da gestão, pelo uso dos recursos de forma eficiente e eficaz, pela transparência na tomada de decisão e pelo foco nas soluções que imprimam celeridade ao trabalho institucional.

### **I – GESTÃO JURISDICIONAL:**

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) está presente em 20 municípios do Estado do Rio de Janeiro, totalizando 106 unidades judiciais, assim distribuídas:

VARAS FEDERAIS		JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS		TURMAS RECURSAIS
Capital	Outros Municípios	Autônomo	Adjunto	Capital
47	31	26	20	02

A Jurisdição na SJRJ é exercida por 178 magistrados (104 Juízes Federais e 74 Juízes Federais Substitutos), distribuídos em Varas e Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais. Apresentamos em seguida a estatística processual da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

2009				
	Varas	Juizados	Turmas Recursais	Total
Distribuídos	123.306	139.409	47148	309.863
Julgados	91.016	117.736	47914	256.666
Tramitação	685.069	154.408	58.182	897.659

Fonte: Página da Direção do Foro na intranet.

Relatamos a seguir as principais ações realizadas no exercício de 2009, tendo em vista a melhoria do serviço prestado ao jurisdicionado e à sociedade em geral e ao atendimento à Resolução 70, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu Metas Nacionais de Nivelamento para o Poder Judiciário.

## **Planejamento Estratégico Plurianual**

Participação no processo de formulação do Plano Estratégico da 2ª Região com a elaboração do documento “A Estratégia da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro” contendo objetivos estratégicos, indicadores, ações e projetos a serem desenvolvidos pela SJRJ no quinquênio 2010/2014, em atendimento à Resolução 069, do Conselho da Justiça Federal (CJF), e à Portaria nº 932 do TRF2R. Esse trabalho foi apreciado e aprovado em Sessão Plenária do TRF2R, sendo publicada a Resolução nº 48, de 18 de dezembro de 2009.

## **Julgamento de ações distribuídas até 2005**

Em atendimento à meta 2 estipulada pelo CNJ – “Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores) até 31/12/2005, foram julgados cerca de 25.000 processos, representando aproximadamente 70% do acervo inicial de 35.262 processos nessa situação na SJRJ.

## **Processo eletrônico nas unidades judiciárias**

A meta 10 do CNJ, “Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias” foi cumprida mediante a realização do projeto Processo 100% Digital. Em 2009, todos os juizados especiais, as turmas recursais, as varas privativas de execução fiscal e as previdenciárias se tornaram eletrônicos. Nas varas mistas, os processos de juizados especiais e os de execução fiscal também são eletrônicos. Nas varas criminais e cíveis, as sentenças e decisões são disponibilizadas em meio eletrônico.

## **Convênios**

Entre os convênios firmados com órgãos públicos e entidades, com objetos voltados para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, destacamos 40 cadastramentos de magistrados e servidores autorizados no sistema de Informação ao Judiciário (Infojud), cujo objetivo é atender as solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal e 56 no Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (Renajud), ferramenta que faz a interligação do Poder Judiciário com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Essas medidas, necessárias e importantes para a agilização da prestação jurisdicional também visam ao atendimento da meta 8 do CNJ “Cadastrar todos os magistrados nos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud). O convênio Bacenjud é coordenado pelo TRF2R.

## **Mutirões de Conciliação**

Como parte integrante da Semana Nacional de Conciliação, no mutirão das varas cíveis realizado em dezembro para apreciação de ações relativas ao Sistema Financeiro de Habitação, foram realizadas 1.011 audiências, com um total de 1.888 pessoas atendidas. Foram homologados 682 acordos, correspondentes a 67,0% das audiências, com um montante de R\$ 6.832.093,63 de previsão de recuperação de crédito.

### **Normalização**

No âmbito das normas editadas pela Direção de Foro ressaltam-se as seguintes Portarias:

RJ-PGD2009/00041 de 5/5/09 - Constitui Comissão de Gestão Administrativa e de Tecnologia da Informação da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - CGATI/SJRJ.

RJ-PGD2009/00054 de 18/6/09 - Aprova novo Regulamento relativo ao Protocolo Judicial.

RJ-PGD2009/00060 14/7/09 - Aprova o Manual para Correções Administrativas.

RJ-PGD2009/00063 de 17/7/09 - Atualiza Regulamento para tramitação dos autos eletrônicos no âmbito da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

RJ-PGD2009/00065 de 20/7/09 - Torna obrigatório o uso do sistema Assistência Judiciária Gratuita (AJG) pelas Varas Federais e Juizados Especiais Federais.

RJ-PGD2009/00072 de 4/8/09 - Cria o Grupo de Gerenciamento de Crises (GGC/SJRJ) e aprova Manual de Procedimentos.

RJ-PGD2009/00074 de 17/8/09 - Dispõe sobre primeiro atendimento dos jurisdicionados e nomeação de advogados voluntários e dativos nos Juizados Especiais Federais.

RJ-PGD2009/00075 de 3/9/09 - Constitui Grupo Gestor do Sistema Informatizado de Processamento Judicial (GGSIP) e dá outras providências.

RJ-PGD2009/00089 de 2/10/09 - Aprova Regulamento que trata dos critérios, normas e procedimentos das unidades de controle de mandados.

## II – OBJETIVOS E METAS

A Lei nº 11.897, de 30/12/2008, aprovou o Orçamento Geral da União - OGU para 2009, estimando a receita e fixando a despesa do exercício. Coube à Justiça Federal do Rio de Janeiro a importância de R\$ 663.992.223,00 (seiscentos e sessenta e três milhões, novecentos e noventa e nove mil e duzentos e vinte e três reais), distribuída em dois Programas 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, num montante de R\$ 562.174.320,00 (quinhentos e sessenta e dois milhões, cento e setenta e quatro mil e trezentos e vinte reais); e 0089– Previdência de Inativos e Pensionistas da União, tendo sido recebidos R\$ 101.817.903,00 (cento e um milhões oitocentos e dezessete mil e novecentos e três reais), conforme quadros abaixo, nos termos das Resoluções nº 08, de 12 de fevereiro de 2009, e nº 50, de 30 de dezembro de 2009, ambas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Dotação Inicial	546.534.173,00
Acréscimos	117.458.050,00
Especiais	-
Redução orçamentária	-
<b>DOTAÇÃO AUTORIZADA</b>	<b>663.992.223,00</b>
Destaques Recebidos	-
Destaques Concedidos	-
<b>TOTAL</b>	<b>663.992.223,00</b>
Dotação Indisponível	-
<b>TOTAL GERAL/Dotação Final</b>	<b>663.992.223,00</b>

### Dotação por Programa

PROGRAMA	Dotação Autorizada	Destaques Recebidos/Concedidos	TOTAL
0569   Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	562.174.320,00	-	562.174.320,00
0089   Previdência de Inativos e Pensionistas da União	101.817.903,00	-	101.817.903,00
<b>TOTAL</b>	<b>663.992.223,00</b>	-	<b>663.992.223,00</b>

Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal - O programa tem por objetivo "Garantir o exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar".

Programa: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, com Dotação Autorizada para essa finalidade.

### **Diretrizes Estratégicas**

No início do exercício de 2009, a SJRJ definiu um Plano de Ação, com a proposição de projetos e ações pelas unidades administrativas, para o biênio 2009-2010. Quando da publicação pelo CNJ da Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, em atendimento à meta 1 – “Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 5 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial”, a SJRJ, em face dos objetivos estratégicos constantes do Anexo I da Resolução, reviu seu Plano de Ação.

Dos temas e objetivos definidos pelo CNJ foram priorizados aqueles que mais se adequavam aos propósitos estabelecidos para o biênio pela SJRJ, no sentido de promover a celeridade, diversificar e facilitar a aproximação dos cidadãos, aumentar o nível de profissionalização da gestão e otimizar a utilização de recursos:

- Garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;
- Facilitar o acesso à Justiça;
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores;
- Garantir a infraestrutura adequada às atividades administrativas e judiciais;
- Buscar a Excelência na gestão de custos operacionais;
- Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;
- Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia;
- Aprimorar a comunicação com o público externo.

Com a publicação pelo CJF das Resoluções nº 69 (31/07/09) e nº 73 (26/8/09) disponho sobre as diretrizes básicas para elaboração do Planejamento Estratégico e aprovando o mapa Estratégico do Justiça Federal, respectivamente, o TRF2R constituiu grupos de trabalho para elaboração do Plano Estratégico da 2ª Região, tendo sido definidas diretrizes para o quinquênio 2010-2014, entre as quais destacamos:

- Eficiência Operacional
- Acesso ao Sistema de Justiça
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Alinhamento e Integração
- Atuação Institucional
- Gestão de Pessoas
- Infraestrutura e Tecnologia
- Orçamento

### **III – INDICADORES DE GESTÃO**

Os indicadores de gestão selecionados para monitoramento do desempenho da SJRJ no exercício de 2009 estão distribuídos em dois grupos. No primeiro, Indicadores Operacionais, estão incluídos os indicadores relativos à movimentação processual; no segundo grupo, Indicadores Orçamentário-Financeiros, estão aqueles relacionados com a composição das despesas executadas pela SJRJ.

#### **A) Indicadores da área judicial**

##### **A.1) Quantitativo de Processos**

Este indicador tem por objetivo medir o quantitativo e a situação dos processos existentes na SJRJ.

A movimentação processual pode ser dividida em três classes: processos distribuídos, processos julgados e processos em tramitação.

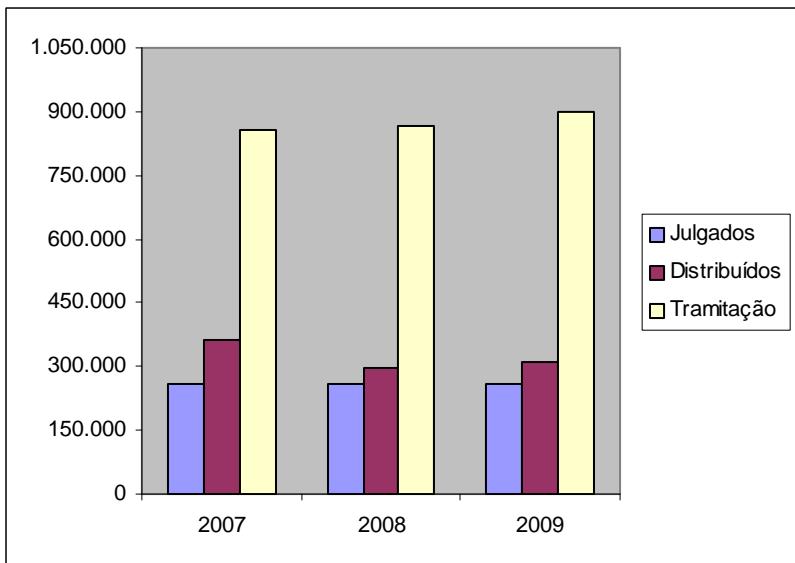
Através das tabelas e gráficos a seguir, demonstra-se a movimentação processual ocorrida nas Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais:

#### **Movimentação processual**

Apresentamos os valores absolutos das três classes componentes da movimentação processual:

<b>SJRJ – Varas, Juizados e Turmas Recursais</b>			
<b>Ano</b>	<b>Julgados</b>	<b>Distribuídos</b>	<b>Tramitação</b>
2007	260.565	364.079	858.807
2008	260.583	297.280	865.918
2009	256.666	309.863	897.659

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região



Os dados relativos ao exercício de 2009 apontam um desempenho com um pequeno decréscimo em relação 2008. Considerando o número de processos julgados pelas Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais tem-se o total de 3.917 processos a menos, equivalente a -1,51%. A comparação de 2009 com o exercício de 2007 revela também um percentual negativo de 1,50%. A comparação de 2008 em relação a 2007 revela um acréscimo de 0,006% de aumento nos processos julgados.

O número de processos distribuídos em 2009 superou em 4,23% o total de processos distribuídos para as VFs, JEFs e TRs em 2008. Os dados de 2009 comparados aos de 2007 revelam um percentual de 14,64 menor, significando um total de 54.216 processos a menos para o exercício de 2009. Entre os três exercícios analisados, a queda maior nos processos distribuídos se dá no exercício de 2008 em relação a 2007 quando a SJRJ recebeu 66.799 processo a menos, significando um percentual negativo de 21,01.

No exercício de 2009 houve um aumento de 3,66% quanto ao quantitativo dos processos em tramitação nas VFs, JEFs e TRs comparados aos dados de 2008, acumulando um acervo de 897.659 processos. A comparação dos dados de 2009 em relação aos de 2007 revelam um acréscimo de 4,42%, dados esses superiores ao pequeno acréscimo, 0,83%, no acervo de 2008 em relação de 2007.

#### **b) Média de processos julgados por Juiz:**

Este indicador apresenta a relação entre o número de processos julgados na SJRJ com o número de magistrados em atuação, e mostra que a média anual de processos julgados por juiz é 1.594.

Nº de processos julgados	Nº de juízes*	Média de processos por juiz
256.666	161	1.594
Nº de processos distribuídos	Nº de juízes*	Média de processos por juiz
309.863	161	1.925

Fonte: dados fornecidos pelo NUMAG/TRF2.

\* Considerados apenas os juízes em atividade na 1ª Instância em 2009, estando 15 cedidos para o TRF2R; 01 para o STF e 01 licenciado.

## B) Indicadores Orçamentários-Financeiros

### c) Composição da despesa total

Informação fornecida pelo TRF2R.

### d) Taxa de execução da despesa em relação ao orçamento disponibilizado

O indicador demonstra a participação do total da despesa realizada em relação ao total da dotação orçamentária autorizada no período. O indicador é resultado da aplicação da fórmula de cálculo:

$$N = \frac{DET}{DD} \times 100$$

Onde: DET = despesa executada total da Região, inclusive precatórios e RPV + empenhos a liquidar

DD = valor total da dotação orçamentária autorizada – valor total da dotação disponibilizada

DET	DD	N
663.660.283,17	663.992.223,00	99,95%

### e) Composição da despesa da SJRJ por grupo de despesa

O objetivo do indicador é demonstrar como se distribui a composição da despesa total executada em relação aos grupos de despesas: Pessoal e Encargos Sociais; Custeio e Investimentos e Inversões Financeiras. Seu cálculo segue a seguinte fórmula:

$$D1 = \frac{DGDn}{DET} \times 100$$

Onde: DGDn = despesa executada total do grupo de despesa sob análise

DET = despesa executada total da região, inclusive precatórios e RPV

DGDN			DET	D1		
Pessoal e encargos	Custeio	Investimento		Pessoal e encargos	Custeio	Investimento
579.330.611,05	76.166.411,57	8.163.260,55	663.660.283,17	87,29 %	11,48 %	12,30 %

#### f) Despesa da SJRJ (exceto precatórios e RPV) por habitante

Com esse indicador pretende-se mostrar o valor gasto por habitante. Utilizando-se a fórmula:

$$G4 = \frac{DJF}{h}$$

Onde:

DJF = despesa executada total da Região, excluindo precatório e RPV (empenhado: R\$ 663.660.283,17)

h = quantitativo de habitantes da Região , conforme estimativa divulgada pelo IBGE.

DJF	h	G4
663.660.283,17	16.010.429	41,45

\* Conforme dado publicado no site do IBGE, a população estimada do Estado do Rio de Janeiro é de 16.010.429 (última estimativa em 2009).

#### g) Composição da despesa total licitável da SJRJ por Modalidade de Licitação

O indicador demonstra a composição da despesa total licitável realizada discriminada por modalidade de licitação, dispensa ou inexigibilidade e, ainda, por suprimento de fundos. E tem a seguinte fórmula de cálculo:

$$D7 = \frac{DMLn}{DJFLic} \times 100$$

DJFLic

Onde: DMLn = despesa executada total na modalidade de licitação sob análise

DJFLic = despesa licitável executada total

DMLn							DJFLic	D7 (%)						
Conv.	T.P	Conc.	Dispens	Inexig	Preg	Suprim Fund		Conv.	T.P	Conc.	Dispens	Inexig	Preg	Suprim Fund
24.422,15	466.971,18	3.181.311,63	9.542.251,88	9.302.679,42	25.653.324,71	54.002,89	48.224.963,00	0,05	0,97	6,60	19,79	19,29	53,20	0,11

#### h) Despesa com Assistência Judiciária Gratuita

O indicador tem por objetivo medir a evolução da despesa realizada com o custeio do programa de Assistência Judiciária Gratuita, nos três últimos exercícios.

<b>Dotações Orçamentárias para Assistência Judiciária Gratuita (R\$)</b>						
2006	2007	2008	2009	Evolução % 07/06	Evolução % 08/07	Evolução % 09/08
1.937.270,00	2.878.127,00	2.828.078,00	5.394.648,00	48,56	-1,74	90,75

Fonte: SIGPLAN

**i) Despesa da SJRJ (exceto precatórios e RPV) sobre a despesa total da Justiça Federal**

Informação fornecida pelo TRF2R.

## IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentamos a seguir os principais resultados dos Programas 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal; 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0901 - Cumprimento de Sentenças Judiciais, por intermédio das ações estabelecidas na LOA 2009 sendo descritas na seguinte seqüência: Atividades e Projetos - Justiça Federal de 1º e 2º Graus; Operações Especiais - Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

### DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO/EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR AÇÃO

#### PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

**Objetivo:** Garantir o exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

#### a) Demonstrativo da dotação/Execução do Programa/Atividades/Projetos:

AÇÃO: ATIVIDADE	Dotação Autorizada		Execução <sup>(6)</sup>	
	Orçamentária	Física <sup>(1)</sup>	Empenhado	Física
<b>Atividade 2003:</b> Ações de Informática	2.888.000,00	não há	2.882.056,89	não há-
<b>Atividade 2004:</b> Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes <b>Produto:</b> Pessoa beneficiada (unidade)	2.473.900,00	4.000		4.170
			2.447.055,40	
<b>Atividade 2010:</b> Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados <b>Produto:</b> Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)	1.617.569,00	472	1.617.496,00	602
<b>Ação 2011:</b> Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados <b>Produto:</b> Servidor beneficiado (unidade)	1.286.231,00	879	1.286.231,00	782
<b>Atividade 2012:</b> Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados <b>Produto:</b> Servidor beneficiado (unidade)	19.090.640,00	2.598	19.090.640,00	2.583
<b>Atividade 4091:</b> Capacitação de Recursos Humanos <b>Produto:</b> Servidor capacitado (unidade)	474.073,00	936	474.071,51	1563

<b>Atividade 4224:</b> Assistência Jurídica a Pessoas Carentes <b>Produto:</b> Pessoa assistida (unidade)	5.394.648,00	15.384	5.394.648,00	15.384
<b>Atividade 4257:</b> Julgamento de Causas na Justiça Federal <b>Produto:</b> Processo julgado (unidade)	445.325.533,00	303.100	445.307.760,25	*254.014
<b>AÇÃO: PROJETO</b>		<b>Dotação Autorizada</b>	<b>Execução<sup>(6)</sup></b>	
		<b>Orçamentária</b>	<b>Física<sup>(1)</sup></b>	<b>Empenhado</b>
<b>Projeto 102Z:</b> Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Macaé – RJ. <b>Produto:</b> Edifício construído (% de execução física)	2.350.000,00	100	2.071.628,62	11,99
<b>Projeto 1890:</b> Reforma de Edifício-Sede da Seção Judiciária no Rio de Janeiro - RJ. <b>Produto:</b> Edifício reformado (% de execução física)	2.900.000,00	18	2.900.000,00	0
<b>Projeto 1136:</b> Modernização de Instalações da Justiça Federal. <b>Produto:</b> Instalação modernizada (unidade)	30.180,00	1	29.704,28	1
<b>Projeto 3757:</b> Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação (ISIGI) <b>Produto:</b> Sistema implantado (% de execução física)	2.109.000,00	**1	2.106.710,00	**1
<b>Observações:</b> Segundo orientação do CJF para o preenchimento do SIGPLAN, o total da execução financeira corresponde ao total empenhado no exercício (total liquidado + o total que será inscrito em restos a pagar).				
(1) * Informação retirada do Sistema de Acompanhamento Processual (Apolo)				
(2) ** Projeto de responsabilidade do CJF (UO 12.101) execução/meta nacional.				

**A) PROGRAMA 0569 – PRESTAÇÃO JURISDICIAL NA JUSTIÇA FEDERAL****RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM 2009****R\$ 1,00**

<b>AÇÃO: PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	
	<b>Valor inscrito</b>	<b>Meta Física</b>
<b>2003 – Ações de Informática</b>	752.936,51	Não há
<b>2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores</b>	343.879,55	2.405
<b>2010 – Assistência Pré – Escolar aos Dependentes</b>	44.400,00	151
<b>2011 – Auxílio Transporte aos Servidores</b>	103.134,46	327
<b>2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores</b>	185.497,69	197
<b>4091 – Capacitação de Recursos Humanos</b>	94.595,48	88
<b>4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes</b>	2.050.518,81	6.625
<b>4257 – Julgamento de Causas</b>	10.613.804,93	Não aplicável
<b>24.412 - Construção do Edifício-Sede da JF em Macaé</b>	1.185.542,95	88,01%
<b>1890 – Reforma de Edifício da SJRJ</b>	2.803.815,13	18%
<b>1136 – Modernização de Instalações da Justiça Federal.</b>	29.704,28	1
<b>3757 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação</b>	2.106.710,00	*1
<b>TOTAL</b>	<b>20.314.539,79</b>	<b>-</b>

\*1 Projeto de responsabilidade do CJF (UO 12.101) execução/meta nacional.

**AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS****ATIVIDADES****2003 – AÇÕES DE INFORMÁTICA**

Compreende as despesas realizadas com produtos e serviços da área da tecnologia da informação, tais como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção de equipamentos de informática; desenvolvimento de aplicações; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos, compra de materiais de consumo e softwares.

O valor total da dotação orçamentária foi 2.888.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e oito mil reais). Do valor autorizado, foram executados R\$ 2.882.056,89 (dois milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e cinqüenta e seis reais e oitenta e nove centavos), o que equivale a 99,79%.

### **Das despesas de natureza continuada**

As despesas de natureza continuada totalizaram R\$ 2.290.600,89 (dois milhões, duzentos e noventa mil e seiscentos reais e oitenta e nove centavos), em que foram empregados os recursos desse elemento de despesa.

### **Das despesas de caráter ordinário**

Para o atendimento de demandas, foram realizadas aquisições de equipamentos e softwares, com a dotação orçamentária desse recurso, no valor de R\$ 591.456,00 (quinhentos e noventa e um mil, quatrocentos e cinqüenta e seis reais).

Foram adquiridos, com tal montante, softwares de segurança (para proteção contra vírus e outros malwares, com o objetivo de dar continuidade ao serviço de antivírus, antispyware e outros malwares nas estações de trabalho e servidores) e softwares de produtividade (para implementar soluções mais adequadas ao ambiente de TI existente com o regular licenciamento), além de equipamentos, a saber: impressoras autenticadoras do tipo matricial, para protocolização de documentos no Sistema Processual; servidores de arquivo para armazenamento de dados em compartilhamento de rede, de forma centralizada e, ainda, microcomputadores e monitores.

## **2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA**

Em cumprimento ao art. 230 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97, foram alocados recursos nessa ação visando assegurar aos servidores, magistrados e dependentes saúde física e mental para proporcionar melhor desempenho funcional e aumento na qualidade e capacidade laborativa. A atividade envolve despesas com serviços especializados de assistência médica, englobando os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, além de serviços de assistência social e psicológica e a aquisição de equipamentos, medicamentos, vacinas, materiais de consumo e serviços de manutenção de equipamentos hospitalares e odontológicos.

Para atendimento a essa finalidade, são computados os quantitativos de servidores e de dependentes incluídos no Plano de Saúde, no Auxílio-Saúde e no Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia – PAPSI.

Benefício	Servidores e Dependentes
Plano de saúde	3372
Auxílio - Saúde	2342
PAPSI	73 (somente servidores)

As realizações no âmbito das atividades relativas à atenção à saúde vão além das ações supracitadas, englobando, também, ações de atendimento de enfermagem, médico, odontológico, psicológico e social, realizadas em consultórios localizados nas dependências da SJRJ, e campanhas visando a promover a saúde e a qualidade de vida, que geraram cerca de 13.300

atendimentos e contribuíram o incremento dos índices de produtividade dos servidores e redução do absenteísmo.

EVENTO	BENEFICIÁRIO	QTD
Atendimentos médicos	Magistrados, servidores, estagiários e usuários)	3701
Atendimentos de enfermagem	Magistrados, servidores, estagiários e usuários	4198
Atendimentos odontológicos	Magistrados, servidores, estagiários e dependentes de servidores e magistrados	2480
Atendimentos psicológicos e sociais	Servidores	921
Campanha de Saúde Bucal	dependentes de Magistrados e servidores com idade entre 5 e 17 anos	39
Feira de Saúde	Magistrados, servidores e estagiários	424
Programa de Terapias Antiestresse	Magistrados e servidores	1.554

Fonte: Coordenadoria de Assistência Médica e Social – CAMS/SRH

Os recursos alocados nesta ação atenderam a 4.170 beneficiários (juízes, servidores e dependentes), média dos 12 meses de execução, tendo a meta física prevista para o exercício sido superada em 4,25%. Dos recursos autorizados (R\$ 2.473.900,00) foram executados 98,91%.

## 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES

Em cumprimento à Constituição Federal e à Lei nº 8.069/90, a atividade proporcionou a assistência pré-escolar aos dependentes dos magistrados e servidores ativos, na faixa etária de zero até os seis anos de idade, bem como aos portadores de necessidades especiais cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa a essa mesma faixa etária, em creches e pré-escolas. A atividade contribui de forma direta para a formação educacional dos dependentes dos servidores e consistindo no pagamento de valor variável conforme a faixa salarial do servidor ou magistrado.

Os procedimentos para concessão do benefício previsto no Plano de Assistência Pré-Escolar (PAPE) encontram-se regulamentados pela Resolução 04, de março de 2009, com a aplicação da tabela referente aos valores anexa à Resolução 588/2007, ambas do Conselho da Justiça Federal.

A execução desta ação proporcionou o atendimento a uma média mensal de 602 crianças, superando a meta estabelecida em 27,54%. Da dotação autorizada, foram executados 98,91%.

## **2011 – AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES**

Aplicação de recursos para concessão aos servidores, em pecúnia e em caráter indenizatório ao servidor ativo, do benefício do auxílio-transporte para o custeio de suas despesas com transporte coletivo nos deslocamentos diários da residência ao local de trabalho, conforme previsto na Lei nº 8.112/90 e na Resolução nº 04/2008-CJF, descontando-se, mensalmente, do servidor, em contracheque, o valor referente a 6% (seis por cento) do seu vencimento.

A Atividade beneficiou, em média, durante o exercício, a 781 servidores, tendo sido cumpridos 89,0% da meta física estabelecida. A dotação orçamentária autorizada foi executada integralmente.

## **2012 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES**

Em atendimento ao art.22 da Lei nº 8.460/92, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97 esta atividade tem por objetivo conceder ao servidor o benefício do auxílio-alimentação na forma de pecúnia e em caráter indenizatório para cobrir suas despesas diárias com alimentação, durante a jornada de trabalho diária.

Pago no mês anterior ao da competência do benefício, a concessão do auxílio-alimentação encontra-se regulamentada pela Resolução nº 10/2005, do TRF2R, com a fixação do valor mensal de R\$ 630,00, conforme Resolução nº 88/2009, do CJF, com efeitos financeiros a partir de julho/2009.

A atividade beneficiou, no exercício, a uma média mensal de 2.583 servidores da SJRJ, cumprindo em 99,42% a meta estabelecida. A dotação orçamentária autorizada foi executada integralmente.

## **4091 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

O desenvolvimento dessa atividade, que tem como objetivo promover de forma integrada a qualificação de pessoal, envolvendo as áreas jurídica, administrativa, de informática, comportamental e outras, de modo que se obtenha melhores condições de trabalho e mais altos índices e produtividade na prestação jurisdicional, foi realizado com o investimento de recursos para capacitação de magistrados e servidores desta Seção Judiciária. Foram realizadas ações de capacitação e desenvolvimento, por meio de contratação externa e pagamento de gratificação por encargo de curso a magistrados e servidores do Quadro de Pessoal da SJRJ, que atuaram como instrutores.

Ao proceder à análise da meta legal para Capacitação de Recursos Humanos, compete destacar os esforços envidados pela Administração para promover o aperfeiçoamento de sua força de trabalho, em consonância com o espírito da redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98, ao disposto no artigo 39, § 2º, da Constituição Federal.

Destacamos, a seguir, as ações mais relevantes desenvolvidas no exercício de 2009: Modelagem Organizacional: A Gespública e a Organização Orientada a Processos, Como Ligar e Fiscalizar Contratos de Terceirização de Serviços Contínuos – IN02; Contratos e Serviços de Tecnologia da Informação segundo a Jurisprudência do TCU – IN04; Atualização para Agentes de Segurança 2009; Autos Virtuais – Processos Eletrônicos; Cursos Jurídicos realizados nas Subseções; Programa de Capacitação da Subsecretaria de Cálculo Judicial; Programa de Capacitação para Oficiais de Justiça e Programa de Desenvolvimento Gerencial.

No escopo dessa atividade, verifica-se a capacitação de 1.563 servidores nas modalidades presencial e à distância, superando a meta inicialmente prevista em 66,98%, correspondendo a 627 servidores capacitados a mais do que o inicialmente previsto. Da dotação autorizada, no valor de R\$ 474.073,00, foram executados 99,99%.

Do total de servidores capacitados em 2009, 110 (cento e dez) foram capacitados na área gerencial em razão da continuidade do Programa de Desenvolvimento Gerencial em 2009, que contou com ações que priorizaram o desenvolvimento de atitudes e habilidades, de acordo com as competências selecionadas, em encontros presenciais, buscando-se orientar a apresentação dos conteúdos e realização de atividades pelas situações problemas vividas pelos gerentes. Outra orientação técnica geral foi a inclusão, em 2009, de conteúdos comportamentais e técnicos, orientados pelas situações-problemas nas turmas realizadas.

Cabe ressaltar que os valores registrados no quadro acima consideraram apenas a primeira participação de cada servidor em ações de capacitação e desenvolvimento realizadas no exercício. Se fossem considerados todos os servidores aptos em todas as turmas de todas as ações realizadas, teríamos um total de 3.174 participantes em 2009.

#### **4224 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES**

A ação visa assegurar o acesso da população carente à assistência jurídica integral e o pleno exercício dos direitos e garantias individuais e coletivos previstos no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e envolve despesas com pagamento de honorários a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais nomeados para a prestação desses serviços.

A grande variação da execução deve-se a liberação do orçamento de forma diluída e não regular e também ao processamento que nem sempre é uniforme em face de pendências diversas nos documentos que habilitam o pagamento. A execução da atividade assegurou a assistência jurídica integral e gratuita a 15.384 pessoas que buscaram a proteção da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro. As metas inicialmente previstas foram revistas e tanto a meta física quanto meta financeira foram alcançadas plenamente.

#### **4257 – JULGAMENTO DE CAUSAS**

Os recursos alocados nesta atividade asseguraram as condições necessárias para a manutenção e o funcionamento dos serviços desenvolvidos nas áreas administrativa e judiciária dos órgãos, garantindo a continuidade da prestação jurisdicional. Da dotação orçamentária autorizada foram executados 99,99%. A execução dessa atividade possibilitou o alcance de 84,68% da meta de processos julgados previstos para o exercício de 2009, totalizando 256.666 processos.

O não cumprimento da meta pode ser explicado, em parte, pelo fato de a SJRJ não contar, em 2009, com a atuação de todos os magistrados pertencentes à sua força de trabalho. Aplicando-se a média de processo julgados por juiz neste exercício pelo número de juízes cedidos/licenciados teríamos 27.908, o que nos levaria a cumprir em torno de 10% a mais e nos aproximar da meta estabelecida na LOA para o exercício.

O quadro abaixo revela que os Juizados Especiais Federais respondem por uma parcela maior, 45,87% do total de julgamentos, seguidos das Varas Federais com 35,46%, e Turmas Recursais com 18,37%. A mesma escala é demonstrada pelos números relativos a processos distribuídos, em que os Juizados receberam 44,99% dos processos distribuídos no ano, as Varas receberam 39,79% e as turmas 15,22%. Proporção inversa é demonstrada pelos números referentes à tramitação em que as Varas respondem por 76,32% do acervo, os Juizados 17,20% e as Turmas Recursais por apenas 6,48% de todas as ações em tramitação na SJRJ.

	Processos distribuídos		Processos julgados		Processos em tramitação	
Varas	123.306	39,79	91.016	35,46%	685.069	76,32%
Juizados	139.409	44,99	117.736	45,87%	154.408	17,20%
Turmas Recursais	47.148	15,22	47.914	18,67%	58.182	6,48%
Total	309.863	100%	256.666	100%	897.659	100%

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região

A observação dos dados, detalhada por Varas Federais, Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais, revelam resultados em consonância com as características das ações demandadas em cada um deles. As causas apreciadas nos Juizados são aquelas cujo valor não ultrapassa 60 salários mínimos e devem ser julgadas em rito mais célere. Dessa forma, a rotatividade é muito maior do que nas Varas Federais e o número de julgados se mantém próximo ao de distribuídos e em consequência o acervo não apresenta crescimento acentuado. Neste exercício os juizados julgaram 84,45% do número de ações distribuídas e as turmas recursais julgaram um número maior de processos em relação ao quantitativo recebido.

As Varas Federais, cujas demandas exigem um tempo de processamento maior para que estejam em condições de recebimento de uma decisão definitiva não conseguem acompanhar o patamar de processos distribuídos e respondem pela maior parcela do acervo de processos da SJRJ. Porém, no exercício de 2009, houve um significativo esforço para julgamento de causas em

tramitação há mais de quatro anos (meta 2 do CNJ), resultando em 78,81% de julgamentos em relação ao número de distribuídos, sendo o maior quantitativo dos últimos 3 anos. Superou o número de julgados em 2008 em 24,99%, e os julgados em 2007 em 28,97%, conforme dados constantes nos relatórios de Prestação de Contas desses exercícios.

Os recursos consignados nessa atividade foram destinados também à execução de despesas com a remuneração da força de trabalho; a realização de serviços indispensáveis ao funcionamento das atividades administrativas, como serviços de telefonia e telecomunicação, compra de material de consumo e permanente, assinaturas de jornais e periódicos e demais despesas administrativas; a realização de serviços de manutenção, conservação e reforma dos imóveis utilizados; a conservação e manutenção da frota de veículos oficiais; contratação de serviços e aquisição de equipamentos e produtos (softwares, hardwares, periféricos, instalações) para o desenvolvimento e manutenção de sistemas corporativos informatizados. Todas essas ações forneceram suporte operacional no desempenho da atividade-fim e, consequentemente, à otimização no atendimento aos jurisdicionados.

## PROJETOS

### **102Z – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM MACAÉ**

O imóvel de 1.353 m<sup>2</sup> está sendo erguido num terreno cedido pela Prefeitura em área de 5.000 m<sup>2</sup>, e ao custo global estimado de R\$ 3.593.214,16 (três milhões, quinhentos e noventa e três mil, duzentos e quatorze reais e dezesseis centavos), e término previsto para abril/2010.

O Projeto compreende a finalização da obra de construção do prédio Sede da Justiça Federal no Município de Macaé/RJ, interrompida temporariamente nos anos de 2007 e 2008, após a paralisação da obra pela empresa COZAN, além dos serviços de fiscalização e de acompanhamento da execução da obra.

A dotação orçamentária de R\$2.350.000,00 (dois milhões e trezentos e cinqüenta mil reais) teve o valor empenhado de R\$2.071.628,62, em virtude do resultado dos certames licitatórios previstos, gerando uma economia em torno de 16%.

A execução do projeto foi prejudicada pelo abandono da obra pela empresa COZAN Engenharia, que apresentou pedido de falência, e pela inexistência de previsão orçamentária no PPA para o exercício 2008. Com o novo aporte de recursos em 2009, a obra foi retomada, e o contrato celebrado em junho/2009, após a realização do certame licitatório no referido exercício.

Com relação aos recursos previstos no PPA para 2009 registra-se que foram integralmente empenhados estando as respectivas ações em andamento. Embora a execução física-financeira tenha sido afetada, percebe-se que a utilização dos recursos foi garantida com as contratações já firmadas pela SJRJ, com finalização prevista para o 1º trimestre de 2010.

A retomada ocorreu em 2009, contemplando as seguintes ações:

**a) contratação de empresa para execução das obras de construção**

Justificativa: ação prevista para permitir a conclusão das obras junto à CONSTRUBOM Construções Ltda.

Andamento: Contrato celebrado em junho/2009, com prazo de execução inicial de 6 (seis) meses, tendo ocorrido prorrogação de 02 (dois) meses em função da celebração de Termo Aditivo (inclusão de serviços), estando o término previsto para fevereiro/2010.

Realizadas as 06 medições previstas para 2009, restando as 2 últimas medições em 2010.

Valor do Contrato: R\$1.846.339,55

**b) contratação de empresa para fornecimento e instalação de piso elevado**

Justificativa: ação prevista para permitir maior flexibilidade no layout da Secretaria, junto à empresa DAICON Comércio de Revestimentos e Serviços Ltda.

Andamento: Serviço em execução, iniciado em dezembro/2009, em função do estágio da obra que se fazia necessário para permitir a instalação do piso. Serviço concluído em janeiro/2010, restando o encaminhamento da medição única.

Valor do Contrato: R\$19.700,00

**c) contratação de empresa para fornecimento e instalação de forro removível**

Justificativa: ação prevista para permitir a colocação de revestimento de teto e facilidade no acesso às instalações e manutenções, junto à Sistema Engenharia Ltda.

Andamento: Serviço em execução, e término previsto para março/2010, não tendo havido medição no contrato.

Valor do Contrato: R\$13.441,01

**d) contratação de empresa para fornecimento e instalação de cercamento do lote**

Justificativa: ação prevista para permitir o cercamento das áreas destinadas à expansão da SJRJ, junto à RV Comercial de Máquina Ltda.

Andamento: Contrato firmado em dezembro/2009, e término previsto para janeiro/2010, não tendo havido medição no contrato.

Valor do Contrato: R\$ 16.651,19

**e) contratação de empresa para fornecimento de no break**

Justificativa: ação prevista para permitir a alimentação elétrica na ocorrência de interrupção no fornecimento de energia, junto à SMS Tecnologia Ltda.

Andamento: Equipamento fornecido em 2009.

Valor do Contrato: R\$ 105.300,00

**f) contratação de empresa para execução das instalações de lógica/telefonia e CFTV**

Justificativa: ação prevista para permitir o funcionamento dos equipamentos eletro-eletrônicos e monitoramento do imóvel, junto à MSDTEL Multiservice Digital Telecom Ltda.

Andamento: Serviço previsto para iniciar em janeiro/2010, e término em março/10. O início dos serviços aguardava o estágio da obra que permitisse a execução das respectivas instalações.

Valor do Contrato: R\$ 71.000,00

**g) contratação de empresa para execução das instalações de detecção e combate a incêndios**

Justificativa: ação prevista para permitir a execução das instalações necessárias à segurança no imóvel, junto à C.M. COUTO Sistemas Contra Incêndios Ltda.

Andamento: Serviço previsto para iniciar em janeiro/2010, e término em março/10.

Valor do Contrato: R\$ 98.267,16

**1890 – REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA NO RIO DE JANEIRO – RJ**

Reforma, em andamento, do imóvel localizado na Avenida Almirante Barroso, 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ, com 10.136 m<sup>2</sup> de área edificada, para abrigar a Sede Administrativa da SJRJ, que ora ocupa o Anexo I do imóvel situado na Av. Rio Branco nº 243, Centro, Rio de Janeiro/RJ e parte do prédio situado na Av. Venezuela nº 134, Praça Mauá, Rio de Janeiro/RJ, com custo global estimado de R\$ 17.317.823,09 (dezessete milhões, trezentos e dezessete mil reais, oitocentos e vinte e três reais e nove centavos).

A execução do projeto de reforma do imóvel para reinstalação da Sede Administrativa da Seção Judiciária do Rio de Janeiro foi prejudicada pela necessidade de execução de novos reforços estruturais a cargo da IBEG Engenharia, enquadrados como garantia de obra em decorrência dos reforços executados anteriormente pela referida empresa quando de sua contratação. Os novos reforços foram necessários segundo o Laudo Técnico da empresa LUMO Arquitetura, que contratada para avaliação da estabilidade estrutural da edificação através da realização de provas de carga e avaliações técnicas nos elementos estruturais, concluiu pela necessidade de intervenções objetivando restabelecer a estabilidade necessária à conclusão das obras e ocupação do imóvel. A retomada da obra teve que aguardar a conclusão de tais intervenções prejudicando o alcance das metas previstas para o exercício 2009. Ressalta-se que os recursos necessários para a finalização da obra foram distribuídos nos exercícios 2009 e 2010, acarretando o adiamento da conclusão do projeto. Como forma de reverter o atraso e garantir o cumprimento do novo cronograma que prevê a conclusão do projeto no

exercício 2010, a SJRJ antecipou, para 2009, a realização dos principais certames licitatórios previstos para 2010, já tendo firmado as respectivas contratações para viabilizar conclusão das obras de reforma. Foram firmados contratos relativos à execução da etapa final das obras, a execução das instalações de lógica/telefonia e CFTV, instalações de detecção e combate a incêndios, instalação de piso elevado e persianas.

Com relação aos recursos previstos no PPA para 2009 registra-se que foram integralmente empenhados estando as respectivas ações em execução, tendo a conclusão de tais ações sido prejudicada pelo exposto anteriormente. Embora a execução física-financeira tenha sido afetada percebe-se que a utilização dos recursos foi garantida com as contratações já firmadas pela SJRJ, tendo a previsão de estarem totalmente executadas ainda no 1º semestre de 2010.

**a) contratação de reforço estrutural na laje da cobertura, instalação de estrutura metálica de apoio do chiller do sistema de ar condicionado e demolição de marquise na sobreloja junto à TANGRAN Engenharia Ltda.**

Justificativa: ação prevista para permitir a colocação do sistema de condicionamento de ar na cobertura e eliminação da marquise existente.

Valor do Contrato: R\$299.935,58

**b) contratação de empresa para execução das obras de reforma (etapa parcial) junto à CONSTRUCERTA Construções e Reforma Ltda.**

Justificativa: ação prevista para garantir a continuidade das obras de reforma, após a paralisação ocorrida em virtude da rescisão do contrato firmado com a empresa ARTE Engenharia Ltda.

Andamento: A presente etapa das obras somente pode ser iniciada após a conclusão da execução de novos reforços estruturais no imóvel a cargo da IBEG Engenharia. O contrato celebrado em novembro/2009 previu a realização de 02 (duas) medições no referido exercício. Sua conclusão está prevista para abril/2010 (5 meses de execução) quando se prevê a integral execução física financeira do contrato.

Valor do Contrato: R\$1.013.702,74

**c) contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema de ar condicionado**

Justificativa: ação prevista para permitir a climatização do imóvel junto à empresa AIR TIME Engenharia e Instalações Ltda.

Andamento: Contrato celebrado em outubro/2009, com a liberação da obra após a finalização dos reforços estruturais pela IBEG Engenharia Ltda., e previsão de término em abril/10.

Valor do Contrato: R\$1.247.000,00

No exercício 2009 não houve execução física financeira no presente contrato, em decorrência parte em função do cronograma apresentado pela empresa que previu, para os meses

iniciais, ações relativas à mobilização e serviços complementares, e ainda, pelo seu fraco desempenho que não permitiu que fossem medidos os serviços realizados, em decorrência do não atingimento dos critérios de medição previstos no contrato.

Com relação às ações previstas em 2008, e que seriam concluídas no exercício seguinte, cabe registrar:

**a)contratação de empresa para fornecimento de No breaks**

Andamento: Contrato finalizado em 2009.

**b)contratação de empresa para fornecimento e instalação de elevadores**

Andamento: Contrato finalizado em 2009.

### **1136 – MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL**

Reformar, ampliar e modernizar as instalações de edificações da Justiça Federal de 1º Grau, visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços jurisdicionais.

Em 2009, a dotação orçamentária para contratos na área de engenharia foi de R\$30.180,00 (trinta mil e cento e oitenta reais), tendo sido empenhados 98,42% na aquisição de persianas e divisórias para a nova Sede da Subseção Judiciária de Resende.

### **3757 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO**

O projeto, realizado em nível nacional, tem orçamento e meta estabelecidos para as vinte e sete Unidades Gestoras da Justiça Federal de 1º Grau, distribuídas nas cinco Regiões e no Conselho da Justiça Federal. Visa o desenvolvimento e a implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e controle da tramitação processual, integração de informações entre os Órgãos afins, formação de banco de dados, aquisição de equipamentos, softwares, material de consumo, serviços técnicos e demais despesas relacionadas.

Do valor autorizado de R\$ 2.109.000,00 (dois milhões e cento e nove mil reais), foram executados 99,98%, correspondendo a R\$ 2.106.710,00 (dois milhões, cento e seis mil e setecentos e dez reais), sendo inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 2.290,00 (dois mil e duzentos e noventa reais).

Segue abaixo a descrição dos investimentos tecnológicos realizados nos subprojetos nacionais, no exercício de 2009:

#### **A- Descrição dos Investimentos Tecnológicos Realizados nos Sub-Projetos Nacionais**

## **A.1) Inclusão Digital do Poder Judiciário**

Objetivo do sub-projeto - Equipar tecnologicamente o Poder Judiciário Federal, modernizando e uniformizando as instalações dos Tribunais Regionais Federais e das Varas Federais.

### **A.1.1) Renovação e ampliação do parque tecnológico**

Meta - Expansão da rede corporativa e adequar as estações de trabalho ao projeto 100% digital.

Aquisições – Microcomputadores, monitores e licenças de suíte de escritório

Resultados – A expansão e modernização do parque de microinformática promoveram uma melhoria da eficiência da SJRJ, implementando uma melhor relação de usuários/microcomputador, requisito primordial para o aumento de produtividade, principalmente considerando a previsão de expansão do uso de documentos eletrônicos.

### **A.1.2) Consolidação de servidores**

Meta - Melhorar a eficiência dos recursos de TI.

Aquisições - Servidores de Arquivos

Resultados – Novos Servidores de arquivos dos CPDs das localidades do interior, garantindo um maior armazenamento e uma maior agilidade do acesso aos arquivos, dando também maior flexibilidade no gerenciamento e monitoramento dos serviços disponíveis aos usuários desta localidades.

### **A.1.3) Armazenamento de dados**

Meta - Prover a expansão da capacidade de armazenamento de dados da SJRJ.

Aquisições – Equipamento de armazenamento de dados.

Resultados – **Atendimento das demandas de armazenamento de dados específicos do sistema processual e administrativo.**

## **A.2) Implantação da Justiça Virtual**

Objetivo do sub-projeto – Expansão do processo digital.

### **A.2.1) Ampliação da infra-estrutura de rede**

Meta - Modernizar e ampliar a capacidade da rede corporativa.

Aquisições - Solução de atualização tecnológica e expansão da rede de dados da SJRJ, contemplando o fornecimento, instalação e configuração de dispositivos de rede.

Resultados - Atendimento de demandas existentes, principalmente no que tange à criação de condições para expansões futuras.

## **B- Resumo dos Resultados**

Ao final do ano de 2009, foram realizados investimentos para o atendimento ao Projeto da Justiça 100% digital do CJF, merecendo especial atenção itens como modernização e ampliação da infra-estrutura tecnológica, qualidade dos serviços disponíveis aos usuários, entre outros. Esse investimento visa dar a infra-estrutura necessária para a expansão do processo digital a todas as especialidades dentro da SJRJ que tem prazo final de migração para junho de 2010.

Para viabilizar as condições operacionais desta expansão, citamos os seguintes investimentos:

- expansão do parque de microcomputadores, de modo a atender às necessidades de produção e tramitação de documentos digitais e o processo digital no sistema processual.
- modernização dos CPDs das localidades do interior, que permitiu o aumento da capacidade de armazenamento dos servidores de arquivos existente no interior, garantindo a alta disponibilidade dos arquivos caso haja alguma falha de link entre a localidade e o Foro da Capital onde se encontra o CPD Central, garantindo portanto a continuidade dos sistemas processuais e administrativos em uso nesta SJRJ.

### **09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

Os recursos alocados no orçamento destinaram-se ao pagamento da parte da União Federal no custeio do Regime de Previdência de 2.571 magistrados e servidores públicos federais ativos.

<b>AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>	<b>Dotação Autorizada</b>		<b>Execução</b>
	<b>Orçamentária</b>	<b>Empenhado</b>	
<b>Ação:</b> Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos servidores públicos federais.	<b>76.234.546,00</b>	<b>76.234.448,96</b>	

### **PROGRAMA: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União**

#### **Demonstrativo da Dotação/Execução do Programa/Operações Especiais:**

Da dotação orçamentária autorizada foram executados 99,99%, tendo a meta física de beneficiários prevista (591) sido superada em 3,72%.

AÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS	Dotação Autorizada		Execução	
	Orçamentária	Meta Física	Empenhado	Física
<b>0396-Ação:</b> Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Nacional	101.817.903,00	591	101.817.832,26	*613
<b>Observação</b> Inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 472.200,00				

\* A diferença em relação ao quantitativo de 615 apresentado no quadro abaixo, (372 inativos somados aos 243 beneficiários), deve-se ao fato de que em dezembro de 2009 foram concedidas pensões a 2 beneficiários, que passarão a receber o benefício a partir de janeiro de 2010.

#### **0396 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES**

Órgão  SJRJ	Quantitativos			
	Inativos <sup>1</sup>	Pensão		TOTAL <sup>4</sup>
		Instituidores <sup>2</sup>	Beneficiários <sup>3</sup>	
	372	180	243	552

#### **Observações/Considerações:**

<sup>1</sup>Este quantitativo inclui magistrados (8) e servidores (364);

<sup>2</sup>Este quantitativo inclui magistrados (9) e servidores (171);

<sup>3</sup>Este quantitativo inclui pensionistas de magistrados (15) e pensionistas de servidores (228);

<sup>4</sup>No quantitativo total, não está computado o número de beneficiários.

#### **OUTRAS AÇÕES REALIZADAS**

##### **Administração 100% Digital**

Foram desenvolvidos módulos do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), com implementações de funcionalidades para criação e tramitação de processos administrativos e documentos eletrônicos, SIGA-DOC. O Boletim Interno passou a ser totalmente eletrônico, através do SIGA-DOC, otimizando os procedimentos de publicação e permitindo periodicidade diária. Em novembro, entrou no ar o Diário da Justiça Eletrônico, com publicações oficiais da SJRJ via sistema Apolo e SIGA-DOC. O cancelamento dos contratos de publicação e

assinaturas representará uma economia anual de R\$ 550.000,00. O projeto é do TRF2R em parceria com a SJRJ.

Também foram implementadas funcionalidades no SIGA-EX para contemplar o uso pelos protocolos da SJRJ. Do módulo relativo a Recursos Humanos, foram desenvolvidas funcionalidades para cadastramento de informações pessoais e funcionais sobre magistrados, servidores e estagiários e outras para melhorias quanto ao Plano de Saúde.

### **Mapeamento de Processos de Trabalho**

Com o propósito de promover a melhoria contínua, a SJRJ deu início a um trabalho sistemático de mapeamento dos processos de trabalho. Uma das frentes de ação foi a realização de mapeamentos na área de gestão de pessoas, em especial, cadastro e lotação para ancorar o desenvolvimento de sistemas; mapeamento do processo de concessão de diárias e passagens aéreas e processos de trabalho na área de telefonia. Foi realizado também o mapeamento e análise do processo de trabalho elaboração de atos normativos, visando a implantação de melhorias.

Uma outra frente, foi a atuação para seleção de boas práticas dos processos de trabalhos componentes do Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal (SIGJUS). Em 2009, as seções judiciárias receberam a incumbência de analisar boas práticas coletadas pelo SIGJUS relativas a 12 processos na área de gestão de pessoas e 03 na área de administração, especificamente sobre obras (projeto básico e licitação de obras) e suprimento de fundos.

Para a adoção de uma concepção e uma metodologia para atuação na área de melhoria de processos foram ofertados dois cursos com instrutores externos sobre mapeamento e melhoria de processos; um presencial e outro a distância.

### **Meio-ambiente**

Visando contribuir com a sustentabilidade socioambiental, a SJRJ aderiu ao Programa A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública. Entre as ações desenvolvidas destacam-se: palestra ministrada pelo Prof. Jorge Tonnera Jr., da UniComlurb, voltada exclusivamente para os empregados das empresas contratadas, com o objetivo de conscientizá-los para a questão do lixo e da coleta seletiva e um evento voltado para magistrados, servidores e estagiários, realizado nos fóruns da Capital, com uma média de 160 participantes, tendo como palestrante o professor indigenista e ambientalista Ronald Macdonnel, PhD em Lingüística. Esta palestra versou sobre o consumo desenfreado, produção de lixo e comportamento responsável. Também foi concluído o processo licitatório para descontaminação, descarte e encaminhamento ambientalmente correto de mais de 40 mil lâmpadas.

## **V – CONCLUSÃO**

A atual gestão da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, desenvolveu as ações no exercício de 2009 alinhada às prioridades do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, às orientações do Conselho da Justiça Federal para tornar célere e eficaz a tramitação processual, e ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça.

Com o alinhamento do Planejamento Estratégico ao do Poder Judiciário, a Seção Judiciária dispõe de um instrumento de Gestão Estratégica para priorizar, planejar e conduzir projetos e ações, coordenar o trabalho das diversas unidades e aumentar a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Fatores externos e internos foram avaliados como influenciadores dos rumos da SJRJ. Nesse cenário, as últimas gestões priorizaram a ampliação do parque de informática, a virtualização processual, em que os processos tramitam de forma digital, a capacitação técnica dos servidores e a modernização administrativa. Para consolidação dos significativos avanços, foram propostas e cumpridas uma série de ações orientadas à melhoria dos resultados obtidos nos anos anteriores. Entre outras iniciativas, implantou-se modelos gerenciais mais ágeis e eficazes para contribuir para a democratização e transparência do Judiciário, tornando possível a qualquer pessoa conhecer, mais e melhor, as atividades da Instituição. Em pleno processo de modernização das atividades administrativas e judiciais, a Instituição projeta uma visão de futuro apoiada na sua missão e alinhada às mudanças e aos avanços da sociedade.

Rio de Janeiro, xx de fevereiro de 2010.

Juiz Federal Alexandre Libonati de Abreu

Diretor do Foro

## **ANEXO**

### **DEMONSTRATIVO DA FORÇA DE TRABALHO**

#### **SERVIDORES ATIVOS**

<b>Situação Funcional</b>	<b>Posição em 31.12.09</b>
Servidores Ativos ( + )	2561
Servidores Cedidos ( - )	136
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)	05
Servidores Requisitados ( + )	103
Servidores no Órgão em Lotação Prov. ( + )	03
Ocupantes do Órgão em Lotação Prov. ( - )	13
Ocupantes de CJ sem Vínculo ( + )	09
Servidores recebidos por remoção (+)	62
Servidores cedidos por remoção (-)	174
Servidores afastados Judicialmente ( - )	0
Magistrados Ativos ( + )	178
Magistrados Convocados ( + )	0
Magistrados Cedidos ( - )	16
Magistrados Licenciados ( - )	01
<b>TOTAL</b>	<b>2571</b>

#### **SERVIDORES INATIVOS**

<b>Situação Funcional</b>	<b>Posição em 31.12.09</b>
Magistrados Inativos	8
Servidores Inativos	364
Pensões Estatutárias	243
<b>TOTAL</b>	<b>615</b>